

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz .  
*Nordestino: uma invenção do falo; uma História*  
do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940).  
Maceió: Editora Catavento, 2003.

Siderlei Nascimento<sup>1</sup>

Durval Muniz de Albuquerque Júnior é Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Barcelona, professor adjunto do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e de Sociologia de Campina Grande e na Universidade da Paraíba.

Na referida obra o autor opta por uma história do gênero masculino, por achar um lugar historiográfico pouco explorado, com isso visa demonstrar o falso pressuposto de que a história tem sido desde sempre, a história dos homens. Sua perspectiva de análise justifica-se ao tecer crítica teórica em relação a parte da historiografia dos excluídos, das mulheres e da sexualidade, assim como de gênero inspirado pelo marxismo, psicanálise e no existencialismo fenomenológico de Sartre e Simone Beauvoir, que exclui o homem do cenário historiográfico.

Os recortes utilizados pelo autor são os discursos intercruzados pelas referências ao masculino e feminino a partir do rural e urbano, império e república, público e privado, indústria e agricultura, usina e engenho, natureza e sociedade no contexto da modernidade e progresso que caracterizou o século XX entre 1920 e 1940.

Suas conclusões são construídas a partir da análise de um corpo documental pertencente à imprensa, literatura, cronistas e folcloristas, e, ainda da obra de Gilberto Freyre.

---

<sup>1</sup> Licenciado em história pela UEPG.

Seu fio condutor é o foco das experiências-de-ser-homem, ou seja, o ser masculino como definidor não só da identidade de gênero, mas da construção da identidade regional nordestina.

Tal identidade seria construída a partir de um discurso dirigente sobre o “ser macho”, combustível para o propósito de fazer uma história dos homens na perspectiva de gênero, ou seja, não somente como produtores do processo histórico, mas como produto desse mesmo processo.

O autor reflete também sobre a produção de subjetividades masculinas, nas relações de força que dirigiriam uma estratégia articulada, procedimentos de sujeição de corpos e construção de estereótipos, como discursos que forjaram o ser nordestino.

Com a intenção de observar o contexto de começo do século XX, Durval problematiza a obra de Gilberto Freyre, o *Jornal Diário de Pernambuco* e a literatura Regional, para observar nos discursos da elite intelectual nordestina o sentimento de que a República e a Abolição da escravidão trouxeram ameaças à ordem, à autoridade e à hierarquia das tradições do Brasil católico, escravista e monárquico, em função das tendências niveladoras do social, caracterizada como a perda da identidade nacional e exteriorizada em uma metáfora de gênero, como a subversão nas fronteiras dos sexos.

Esse período seria então caracterizado, por Freyre, como uma transição de uma sociedade patriarcal para a individualista, industrial ou burguesa, notada pelo surto igualitário da raça escrava que nascia livre, trabalhadores pobres de cor e mulheres, que com as mudanças nas relações de trabalho ganham espaço em uma legislação de proteção do mercado de trabalho. Assim a democratização racial da sociedade implantada pela República influencia as mudanças nos costumes aristocráticos, modelo familiar como célula nuclear da ordem social.

Nessas mudanças de costumes que as mulheres ganham uma face masculinizada: na moda, no corte de cabelo, mas práticas esportivas, que as desfeminilizavam,

um atentado a natureza feminina, ao passo que os homens sofriam uma perigosa desvirilização na forma de se vestir com roupas apertadas.

O predomínio das sociabilidades urbanas sobre as rurais trouxeram ao corpo feminino artificialidade e masculinização, por outro lado os bacharéis eram homens pálidos, delgados e de ombros caídos, mesmo que considerados os inteligentes. Ambos os casos caracteriza o estreitamento das fronteiras entre o masculino e o feminino.

No casamento, as idéias de transformação com tendências de quebra da hierarquia e horizontalização das relações residem no romantismo, que ligaria os casais não seriam mais pelos interesses econômicos, mas o amor, instrumento que elegeria a mulher para a escolha do pretendente, uma ameaça à realização de bons casamentos, ou uma feminização das relações.

Outro aspecto era a do Império e República. A República fundara uma religião laica, com culto a mulher e supremacia do amor “tipo ideal de Maria”, uma irmandade igualitária de quebra hierárquica paternalista. Os intelectuais da República eram traços de sutileza e delicadeza feminina. A alteração do poder entre homens e mulheres era incontestável, a tendência de igualar e horizontalizar tudo, a vida urbana trazia para a praça pública a mulher, a problemática do declínio da vida rural e do modelo patriarcal.

O meio urbano passara a sofrer com as mudanças trazidas pelas fábricas, os costumes alimentares abandonaram a tradição da boa cozinha, uma ameaça à masculinidade deixando os homens frágeis e doentios, causando aumento dos suicídios e alcoolismo. A vida comunitária era reduzida a raros momentos, tornando as cidades cada vez mais parecidas com meninas que não eram de família.

Todas essas metáforas de gêneros, observadas por Durval na obra de Gilberto Freyre, como exemplo urbano feminino e rural masculino, Império masculino e República feminina, contextualizou a criação do conceito freyriano de patriarcalismo, entre o discurso tradicionalista e a percepção

da feminização da sociedade. Durval entende o conceito, não como a descrição do passado, mas uma inteligibilidade ligada às relações contemporâneas em que Freyre estava inserido. O patriarcalismo seria uma forma hierárquica de relacionamentos sociais, nada mais do que um discurso construído, não a partir do passado, mas revelador do lugar do discurso.

Para Durval, nesse olhar masculino do processo, ligado a metáforas de gênero e entendido apenas no momento histórico vivido por Freyre é possível deixar o processo inteligível ao deixar o conceito de patriarcalismo freyriano e dialogar com o conceito de paternalismo Thompsoniano, que se refere a esses tipos de relacionamentos sociais, sendo o paternalista remetido a *pater* como figura central na sociedade, onde a verticalidade prevalece sobre a horizontalidade, ou seja, uma ordem social vista de cima. A partir disso o conceito se relaciona mais com o universo masculino, essencialmente com aquilo que a própria sociedade entende como a obrigação do homem, comandar, proteger e dominar, logo em um contexto de homens emasculados, perdendo potência, fragilizados, amolecidos e desfibrados do ponto de vista do seu poder e status era agonizante.

Para Durval, nesse diálogo com a apropriação de Freyre não importa se o patriarcalismo existiu, mas como o discurso funcionou, e para entender esse processo o autor torna a dialogar com Freyre do movimento regionalista e tradicionalista, movimento cultural e político que forjou a idéia de nordeste e de seus habitantes justificando o propósito de outro discurso capaz de resgatar as tradições de virilidades, respaldado pelo declínio econômico nordestino e uma progressiva subordinação ao sul do país.

O discurso de uma ampla militância cultural e intelectual no nordeste, para Durval, determinou o esteriótipo nordestino em uma composição racial, pela influência de um meio ou uma natureza particular entre discursos naturalistas e culturalistas.

O discurso eugênico de base evolucionista “a

constituição biológica do homem determinava o comportamento e valores”. Considerava haver entre as raças uma hierarquia, superiores e inferiores. Na obra “Os Sertões de Euclides da Cunha” se definem traços físicos e psicológicos do sertanejo, construindo a idéia que a sub-raça ia se tornando a única a guardar os traços da mestiçagem que deu origem ao povo brasileiro. É nesse perfil sertanejo que o discurso regionalista privilegia a figura do sertanejo para forjar uma raça forte e homogênea, onde a biotipologia buscará definir tipos determinados para a região, dos caracteres físicos e psíquicos, indivíduos potencialmente perigosos e capacidade de adaptação à civilização moderna, assim como de trabalho e de aprendizado. Como estratégia, as atribuições dos fenômenos do cangaço e messianismo foram utilizadas nos discursos das elites de outras regiões no sentido de comprovar a inferioridade nordestina.

O homem telúrico faria parte do discurso regionalista amparado no discurso antropogeográfico inspirado pela geografia determinista alemã. O nordeste teve sua definição como espaço regional nos traços da natureza, a partir da imagem da seca e da aridez, marcado por uma natureza áspera. No discurso regionalista nordestino, o descaso do governo federal e o privilégio a outras regiões são as explicações da decadência da região e a pobreza de sua população.

No entanto é o esteriótipo rústico, em virtude do meio em que vive que forja o “macho” que irá representar a reserva do verdadeiro brasileiro e de virilidade no discurso regionalista de intelectuais ligados à elite, oposição aos costumes da cultura moderna.

O autor observa que essa construção do homem nordestino visa substituir a sociedade da sangüinidade, onde os códigos de gênero estavam na esfera do privado, pela repartição das sociabilidades centrada no indivíduo, sendo a identidade de gênero cada vez mais uma decisão pessoal, no entanto os códigos sociais serão cada vez mais rígidos e as práticas mais vigiadas, descritas e analisadas.

Por fim, o autor conclui que é por volta dos anos vinte

do século passado que surge uma identidade nordestina elaborada no discurso das elites, e posteriormente é introjetada como elemento definidor de identidade para toda a população dessa área do país, esteriótipos como nortista, um tipo rural, que não se identifica com o mundo moderno, reativo ao processo de transformações e que representa uma sociedade agrária e patriarcal, um macho exacerbado que estaria lutando contra as mudanças sociais, as quais estariam levando a feminização da sociedade.

Dessa forma o mundo masculino parecia se bastar em si, do qual as mulheres não deveriam fazer parte. Nesse mundo, não apenas o mundo masculino estava fechado às mulheres, mas a própria região parecia excluir o feminino, sendo a “mulher macho” uma exigência da natureza.

Segundo o autor, esse nordestino é um ponto de encontro entre um certo número de acontecimentos históricos e fruto de um conjunto de operações de construção de um sujeito histórico regional, personagem importante para a história política e cultural do Brasil. Dessa forma, a presente obra é importante para a discussão de gênero, já que contribui para a compreensão do masculino e feminino, não apenas como dois pólos essencializados, mas que precisam ser pensados nas multiplicidades subjetivas e em outras formas possíveis de ser homem e mulher, para além do esteriótipo do macho e de sua companheira submissa, visando questionar a legitimidade social.